COMO O ESTUDO DO DIREITO SE ADAPTA AS NOVAS TECNOLOGIAS E METODOLOGIAS DE ENSINO, COMO O USO DE FERRAMENTAS DIGITAIS E O ENSINO Á DISTÂNCIA.

Autor(res)

Thiago Luiz Sartori
Evellyn Simary Pereira Silva
Marina Caroline Silva Santana
Marcos Henrique Da Silva Verissimo
Rodrigo Aparecido Prospero
Thayná Santosde Souza

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE NOVE DE JULHO (FNJ - OSASCO/SP)

Introdução

O avanço da tecnologia vem impactando diretamente na forma de ensino, desde o ensino básico até o ensino superior, como por exemplo: o curso de direito. Os recursos digitais e a implantação da educação de forma remota vem alterando a visão das pessoas a respeito de como o conhecimento jurídico é remetido. É notório que essas mudanças trouxeram alguns desafios que precisam ser enfrentados porém, em contrapartida, ainda existem muitas oportunidades dentro e fora da área tecnológica.
Algumas ferramentas foram criadas e introduzidas no ensino à distância (EAD) para facilitar a vida acadêmica dos professores. Já os alunos que estudam a distancia passaram a ter facilidade em manusear melhor seus horários de aula, flexibilidade para estudar o conteúdo de qualquer lugar e até mesmo, não ter a obrigatoriedade de se locomover até os polos estudantis.
Portanto, os professores precisam implementar novas formas de ensinar para oferecer uma educação de qualidade aos alunos.

Objetivo

OBJETIVO GERAL
Essa pesquisa tem como objetivo, analisar como o estudo do Direito tem se adaptado às novas tecnologias e métodos de ensino, visando o uso de ferramentas digitais no ensino a distância, e compreendendo os impactos dessas inovações na formação acadêmica e na prática profissional dos futuros bacharéis.

Material e Métodos

Este trabalho foi realizado a partir de diversas publicações relevantes.
Foi realizada uma análise detalhada sobre o tema em questão em torno de leis brasileiras que pudessem acrescentar de forma significativa. Nos baseamos na "lei seca" para que o tema estivesse totalmente relacionado a legislação atual. Foram pesquisadas decisões do Superior Tribunal de Justiça para assim, entender o seu posicionamento sobre o assunto. A pesquisa baseada neste tema nos deu acesso a diversos artigos que, por sua vez, permitiu uma visão mais clara do problema em questão.
A metodologia utilizada neste trabalho teve como intuito unir as mais confiáveis informações para que o trabalho fosse construído de forma sólida e a análise fosse feita de forma critica e coerciva.

Resultados e Discussão

Em 1833 a Suécia foi o primeiro país a registrar experiências em cursos superiores no modo EAD - ensino a distância. Formando a 1º geração por correspondência. Em 1934 se iniciou a 2º geração, com a utilização de rádio e televisão porém, essas ferramentas teve pouca eficiência na questão da interação de professores com alunos, tendo que recorrer ao antigo método da correspondência para que houvesse essa interação.
Durante a pandemia houve uma grande inclusão digital onde, algumas instituições de ensino proporcionaram pacotes de internet e equipamentos para estudantes de baixa renda, reduzindo assim, a desigualdade de acesso á educação. Outras instituições puderam investir em infraestrutura para que o atendimento aos alunos se tornasse melhor. Esse ponto em questão foi muito significativo para o Curso de Direito onde, os alunos de algumas universidades puderam ter acesso a diferentes professores renomados de diferentes regiões do país.

Conclusão

A adaptação do estudo do direito às novas tecnologias e metodologias de ensino mostra a evolução significativa da formação profissional e acadêmica dos estudantes e futuros bacharéis. O ensino a distância, quando bem estruturado, pode ajudar o aprendizado jurídico, fazendo com que ele seja mais acessivo, sem que perca as qualidades que sejam importantes para a formação dos profissionais para atuar no mundo jurídico atual.

Referências

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução nº1, de 11 de março de 2016.
BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996).

COSTA, Rodrigo. A viabilidade do curso de Direito na modalidade EAD no Brasil. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

Ministério da Educação (MEC) – www.gov.br/mec

CNN BRASIL. Avanço do EAD muda perfil do ensino superior privado no Brasil, revela pesquisa. CNN Brasil, 9 fev. 2024. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/noticias/avanco-do-ead-muda-perfil-do-ensinosuperior-privado-no-brasil-revela-pesquisa/. Acesso em: 28 de mar. 2025